

EUA não devem reclassificar dívida

Bracher diz ter indícios de que isso não interessa aos banqueiros

O Governo tem indícios de que não deverá haver a tão temida reclassificação dos débitos brasileiros junto aos bancos norte-americanos, no próximo dia 26, quando se reúne o Interagency Country Exposure Risk Comitê (Icerc), órgão do governo dos EUA que analisa o risco das operações das instituições financeiras do País. E com essa perspectiva que o assessor especial para a negociação da dívida, Fernão Bracher, à frente de uma delegação de oito técnicos, retoma amanhã, em Nova Iorque, a terceira rodada de conversações com o comitê dos bancos credores.

Bracher não quis detalhar como e de onde surgiram tais indícios, mas assinalou que a reunião do Icerc irá ocorrer depois que "as perspectivas mudaram para melhor". Citou, entre estas mudanças, a melhoria do desempenho da balança comercial brasileira, engordando as reservas cambiais, e, principalmente, o início das negociações com os bancos, numa indicação clara de que as duas partes se dispõem efetivamente a um acordo de reescalonamento

da dívida. Os dois fatores, na sua opinião, afastam o risco de reclassificação.

—Não vejo, tecnicamente, embasamento para a reclassificação. Primeiro, porque ela não interessa nem aos bancos e nem ao Brasil e se as duas partes são prejudicadas, a autoridade americana levará isso em conta. E preciso ressaltar, em segundo lugar — declarou — que a Comissão não tem, legalmente, a obrigação de reclassificar os débitos brasileiros na reunião do dia 26, mas apenas a obrigação de analisar a situação deles.

A ameaça de reclassificação, elevando o grau de risco dos créditos ao Brasil, permeia todas as conversações sobre o reescalonamento da dívida, desde quando foram iniciadas, no último dia 25. Por ela, os bancos americanos serão obrigados a fazer novas provisões contra os prejuízos da moratória brasileira, reduzindo substancialmente seus lucros. Para o Brasil, seria um desastre, porque ampliaria dramaticamente o risco de retaliação dos bancos credores, através da não renovação das linhas de curto pra-

zo (créditos interbancários e comerciais).

Mesmo afirmando que não deverá ser fechado um acordo nesta terceira rodada de conversações, porque elas se prolongarão, na sua perspectiva, Bracher disse que "há a convicção" de que a reclassificação não será aprovada pelo Icerc.

O assessor especial para a negociação da dívida reafirmou que o pagamento simbólico (**token payment**) de parte dos juros devidos pela moratória, uma exigência permanente dos bancos credores, estará vinculado a concessões efetivas dos bancos à proposta brasileira de reescalonamento. Evitou, porém, adiantar que concessões podem resultar no **token payment**.

Bracher voltou a declarar não acreditar em retaliações dos bancos via não renovação dos créditos de curto prazo, porque, de um lado, deixaram de obter bons lucros com os juros das linhas de curto prazo. e, por outro, a medida inviabilizaria de vez um acordo sobre a dívida com o Brasil.